

UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA: DEMOCRATICAMENTE MASSIFICADA

Carla Cristina Dutra Búrigo¹

As políticas públicas neoliberais que determinam as políticas públicas educacionais vêm comprometendo a subsistência do espaço público da universidade pública federal brasileira em favor da ampliação do espaço privado, comprometendo também a subsistência da sua identidade como instituição social, bem como, vêm incrementando o processo de mercantilização do trabalho acadêmico², potencializando o processo de proletarianização acadêmica do professor universitário e a sua própria supressão como instituição pública social.

Neste artigo, busco refletir sobre a política pública educacional brasileira, sobre a ação do Estado, que ao mesmo tempo em que conclama uma universidade pública e de qualidade, cria mecanismos internos e externos, para a massificação dos princípios neoliberais, comprometendo a sua identidade como instituição pública social.

As universidades públicas federais brasileiras, atualmente, estão sendo democraticamente massificadas pelo modo de produção vigente, que as situa como algo necessário porém, demasiadamente oneroso para a sociedade. Esta por sua vez, reconhece a importância da universidade pública, mas por outro lado ignora a sua morte silenciosa.

Breve contexto histórico-social de constituição da Universidade Pública Federal Brasileira

Em pleno século XX, o que vinha a ser chamado de universidade no Brasil, até os anos 30 aproximadamente, eram meros conglomerados de faculdades e escolas isoladas, sem nenhuma articulação entre si, frouxamente coordenados por uma reitoria mais simbólica do que real. A partir dos anos 30, com o fortalecimento do federalismo, as universidades públicas federais foram situadas nas capitais. As que foram criadas no interior, ou seja, fora das capitais, dependiam total ou parcialmente das universidades federais situadas na capital.

Nasce aí o fortalecimento da concepção da universidade federal como hegemônica, como referência às demais instituições de ensino superior no Brasil, especialmente a partir da década de 70, aproximadamente, com o início da expansão das instituições de ensino superior da esfera privada (Búrigo, 2002).

A universidade brasileira, como instituição social, nasce como um mecanismo legitimador da ideologia dominante do Estado colonizador. Ela absorve não apenas

1 Doutora em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2 O trabalho acadêmico de que falo é o trabalho desenvolvido pelo professor no âmbito da universidade pública federal, que se constitui da indissociabilidade das atividades do ensino, da pesquisa e da extensão.

uma herança cultural, mas também econômica e social dos países europeus. A universidade brasileira surge somente após quatro séculos da colonização do País, fato este que a levou a ser contemplada pela literatura como universidade temporã (Cunha, 1986), devido ao seu surgimento tardio.

Em 1920, sob a paternidade do Estado, foi implantada a Universidade do Rio de Janeiro, sendo considerada pela historiografia clássica como a primeira universidade brasileira. Em 1937, passa a ser chamada de Universidade do Brasil (UB), com a finalidade de estabelecer o controle e a padronização do ensino superior no País, estando devidamente delineada de acordo com o Estatuto da Universidade Brasileira de 1931 (Decreto-Lei nº 19.851/31; Rossato, 1998).

Fruto da Reforma de 68 (Lei nº 5.540/68), a atual estrutura universitária, agrega a racionalidade administrativa à Universidade, adequando-a às exigências do desenvolvimento social. Há uma complexidade administrativa e estrutural de controle dentro e fora da Universidade que a torna mais conservadora na sua estrutura. A racionalização, a eficiência e a produtividade são valores absolutos, como estratégia de o Estado manter a ordem política, econômica e social.

Como uma das contribuições da Reforma de 68, atualmente a Universidade está estruturada por departamentos que congregam disciplinas afins, das quais resultam agrupamentos que se constituem através do regime de créditos. Essa estruturação fragmentou o espírito coletivo da Universidade como instituição social. Para os discentes, a matrícula por disciplina, tendo por justificativa a obtenção de maior economia de recursos, desfez as turmas, os grupos, o espírito estudantil como classe de reflexão e atuação no contexto universitário. A constituição de grupos representava uma ameaça ao regime militar na década de 60, e a atual organização universitária ainda valida a estrutura decorrente da Reforma de 68, como meio de desagregar os discentes como classe estudantil e, conseqüentemente, a comunidade universitária.

Sob a ótica estrutural da universidade, críticos, como Santos (1999), apontam que, como mecanismo interno da crise institucional, a departamentalização da universidade gera feudos e segrega as ações docentes. Os departamentos, com seus professores, tornaram-se ilhas no contexto universitário, esvaindo-se o espírito coletivo da universidade como corporação de professores.

A idéia de universidade como uma corporação de professores e alunos chega a ser um eufemismo, pois, em muitas universidades, os centros de ensino e os departamentos funcionam como condomínios fechados que loteiam o *campus*, nos quais os professores e dirigentes fazem partilhas pouco amistosas, de recursos comuns. Adverte Menezes (2000, p. 31) que esta "tensão das partes contra o todo é um dos principais inimigos internos da evolução institucional da universidade e prejudicam (sic) diretamente a realização de seus objetivos."

Por outro lado, com a Lei nº 5.540/68, a universidade pública inicia um processo de consolidação da carreira docente como servidor do Estado e de implantação dos cursos de pós-graduação que propiciaram o desenvolvimento da pesquisa no âmbito universitário e a conseqüente melhoria no nível da qualificação docente.

Como no passado, atualmente a pesquisa científica não se realiza apenas no contexto universitário; há outros institutos e organizações que também realizam pesquisas. Porém, a universidade pública federal ainda tem um forte potencial para a pesquisa científica, principalmente com os cursos de pós-graduação, apesar de ser depreciada pelo Estado neoliberal, que valoriza o ensino em detrimento da pesquisa como medida da atual política de racionalidade financeira. Há pesquisas nas universidades públicas que tendem a ter seus resultados privatizados, pois são custeadas por órgãos financiadores, fundações, empresas ou associações civis, devido à restrição de verbas alocadas pelo Estado.

O neoliberalismo que vem se infiltrando na concepção do que é pesquisa hoje no Brasil, entende essas parcerias entre universidades e órgãos financiadores como mecanismos que legitimam a ação da universidade perante a sociedade.

Cabe ressaltar que hoje, diante da política pública educacional brasileira, a pesquisa, por exemplo, como uma das atividades inerentes ao trabalho acadêmico do professor, é requisito para a avaliação universitária, na qual é medido o quanto a universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz, indicado como critério de produtividade.

Diante do capitalismo neoliberal, a Universidade tornou-se uma prestadora de serviços à setores privados e à sociedade civil, a partir de um contrato de gestão com fins lucrativos. Está compelida a tornar-se uma instituição social viável às necessidades da sociedade de mercado. Para tanto, faz-se necessário que a pesquisa seja relevante, o ensino seja técnico e de alto nível, atendendo às demandas do mercado de trabalho, e a extensão, instrumento de difusão da Universidade para a sociedade, e de aproximação entre os pares no interior da Universidade.

Para medir o grau de viabilidade da Universidade, o governo federal brasileiro realiza avaliações quantitativas, objetivando o controle da eficiência da Universidade. Para receber recursos financeiros, é necessário que as Universidades se esforcem para obter maior eficiência em resposta às demandas de mercado, com o mínimo de desperdício e o menor custo possível.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei nº 10.861/2004) é subsidiado pelo Ministério da Educação (MEC) e realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esse processo compreende avaliação interna (auto-avaliação), coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e externa, verificação *in loco*, por comissão de especialistas, da realidade institucional. O SINAES fundamenta-se no tripé: avaliação das instituições de ensino superior; dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes (APUFSC, 2005).

O sistema de avaliação da educação superior é essencialmente mensurador e possibilita uma escala de classificação das instituições, conforme a sua eficiência em responder às demandas do mercado de trabalho e às necessidades da economia através da formação de profissionais tecnicamente preparados. Esta avaliação estabelece comparações e competições entre as instituições, que disputam financiamentos, mediante classificação, com prerrogativa de melhora. Melhorar, neste contexto, significa diminuir o custo e aumentar a produtividade.

Esta avaliação é fruto da Reforma Universitária, na qual atualmente o anteprojeto já está na Casa Civil da Presidência da República (Brasil, 2005_a). Essa Reforma assegura a supremacia do privado frente ao público, na qual o SINAES tem um papel fundamental credenciando as instituições privadas que prestarão um serviço 'público' com verba pública, na concepção do governo federal (APUFSC, 2005).

De acordo com Dias Sobrinho (2000), as palavras de ordem passam a ser eficiência, produtividade, rentabilidade e competitividade, que constituem o conteúdo da racionalidade funcionalista do neoliberalismo, que é o mercado. Noções ético-filosóficas, políticas e educacionais, aliadas a uma participação crítica e democrática, à formação como valor público e de cidadania são democraticamente excluídas do processo da avaliação institucional, bem como do sistema de avaliação da educação superior no país.

Estes critérios estáticos e mensuráveis não apreendem os movimentos relacionais da Universidade. Limitam-na à lógica de mercado, instituindo novas formas para o trabalho acadêmico. Todavia, acredito que a avaliação seja necessária e indispensável para orientar a política universitária do ponto de vista de um saber da universidade sobre si mesma, da sua inserção na sociedade. É pertinente, também, para a análise técnica dos problemas operacionais e financeiros e para a prestação de contas devida aos cidadãos. Muito apropriadamente Chauí (1999) defende que o sistema de avaliação necessita ser repensado a partir do que entendemos por educação. Acrescento que necessita ser repensado a partir do que entendemos por educação superior, por universidade pública como instituição social de ensino, pesquisa e extensão.

A instituição universidade no contexto do ensino superior brasileiro

As instituições públicas de ensino superior hoje, no Brasil, representam apenas 13% das Instituições de Ensino Superior (IES), em detrimento de 87% correspondente às instituições privadas (CENSO, 2005), numa notória ampliação das instituições privadas em detrimento das públicas. A partir dessa realidade, a universidade pública federal enfrenta dois dilemas:

- a) a competitividade, diante da ampliação do sistema privado do ensino superior brasileiro, que é mais um aspecto notório que a compele a ser produtiva, necessitando legitimar o seu espaço na sociedade, no sistema de ensino superior brasileiro, como instituição social, diante do incremento e da multifuncionalidade do modo de organização das demais instituições do ensino superior brasileiro; e
- b) o cerceamento financeiro como espaço público.

Com base na legislação vigente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n° 9.394/96 e Decreto n° 2.306/97 –, as instituições de ensino superior classificam-se, quanto a sua natureza jurídica, como públicas: são instituições

criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público, seja ele, federal, estadual ou municipal. E particulares: são instituições mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem fim lucrativos (INEP, 2005).

As instituições de ensino superior, com base na legislação vigente, estão organizadas no sistema de educação superior brasileiro, da seguinte forma (INEP, 2005):

- a) Universidades: instituições pluridisciplinares, de formação dos quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem as atividades inerentes ao trabalho acadêmico de ensino, pesquisa e extensão;
- b) Universidades Especializadas: são especializadas em um campo do saber, em que são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em áreas básicas aplicadas;
- c) Centros Universitários: pluricurriculares, abrangem uma ou mais área de conhecimento e se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho oferecidas à comunidade escolar;
- d) Centros Universitários Especializados: abrangem uma área de conhecimento específica ou de formação profissional, e se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho oferecidas à comunidade escolar;
- e) Faculdades Integradas e Faculdades: com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, com a finalidade de formar profissionais de nível superior, podem ministrar cursos nos vários níveis (seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e extensão) e modalidades do ensino;
- f) Institutos Superiores ou Escolas Superiores: têm por finalidade ministrar cursos nos vários níveis (seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e extensão); e
- g) Centros de Educação Tecnológica: têm a finalidade de qualificar profissionais em cursos superiores de educação tecnológica para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo, inclusive, mecanismos para a educação continuada.

Apesar do pequeno percentual representativo no sistema de educação superior brasileiro, a universidade pública federal ainda é o elemento central, diante do seu processo de desenvolvimento histórico e social. Em pleno século XXI, a instituição universidade, está representada em todos os países do mundo. Todavia, há um gradativo processo de diversificação da organização e funcionalidade dessa instituição social (Rossato, 1998).

De acordo com o mesmo autor, a instituição universidade viveu, até a sua consolidação no século XX, momentos turbulentos de formação e transformação. Em decorrência disso, umas guardam o seu prestígio, servindo de modelo até os dias atuais; outras tiveram curta existência; outras, ainda, chegaram a desfrutar de prestígio, mas caíram na obscuridade; outras foram suspensas durante um longo período; outras foram reduzidas a colégios, agregadas a universidades de maior porte e prestígio.

A instituição universidade, de uma visão uniforme, no período medieval, tornou-se multifuncional no século XXI, à medida que busca mecanismos para sobreviver e adaptar-se na sociedade, diante de cada realidade: das condições locais, de cada região e de cada país. Porém, esta pluralidade funcional da universidade baseia-se fundamentalmente nos quatro modelos clássicos de universidade delineados ao longo da história: o francês, o norte-americano, o alemão e o inglês.

Esses modelos norteadores de universidade que a literatura clássica contempla constituem o processo histórico de desenvolvimento da universidade como instituição social. Mesmo que ideologicamente implementados pelo Estado, como forma de legitimação da ideologia dominante e da colonização de valores externos à realidade, prevalecia a busca de um ideal, quicá utópico, de universidade, que aspirasse à universalidade.

A análise do processo histórico de constituição da instituição universidade (Charle, 1996; Rossato, 1998; Mendonça, 2000; Warde, 2001) da conta de que esta, no século XXI, apresenta uma diversidade e pluralidade funcional, na ânsia de negar o ranço tradicional que se consolidou ao longo dos anos, diante das demais formas de manifestação de instituições de ensino superior. Com isto a universidade agrega outras propriedades e finalidades como instituição social, além da sua constituição tradicional.

As condições de trabalho na Universidade Pública Federal Brasileira

As condições de trabalho na universidade pública federal brasileira, não são um fenômeno isolado; são reflexos ideológicos da constituição histórica desta instituição social e das políticas públicas educacionais, que refletem o modo de produção capitalista vigente, ou seja, o capitalismo neoliberal.

A concepção de condições de trabalho é complexa, pois não pode se limitar a alguns fatores. Ela é dada ao homem como uma realidade concreta que, a partir das relações que este estabelece com o trabalho, pode manter e/ou transformar essas condições. Alguns elementos constituem as condições de trabalho, como: a infra-estrutura, os recursos materiais, a compensação justa e adequada para a satisfação das necessidades do trabalhador, o regime da jornada de trabalho, as legislações trabalhistas, entre outros.

Considero que há também elementos que subjetivamente constituem as condições de realização do trabalho e que igualmente perpassam o nível de

qualidade de vida do trabalhador no trabalho, e o seu nível de qualidade de vida. São eles: a saúde ocupacional, a salubridade, o uso e desenvolvimento das suas capacidades, a oportunidade de crescimento, de poder expandir e desenvolver suas capacidades, o respeito e zelo pelos seus direitos, a integração social, o sentido de equilíbrio existente entre trabalho e vida pessoal, e a relevância social do trabalho, entre outros que vão ao encontro das necessidades do trabalhador (Búrigo, 1997).

Há um processo de deterioração gradual de difícil mensuração a curto prazo, que se reflete no processo de constituição e de manifestação do trabalho acadêmico. A exemplo, o trabalho acadêmico da Universidade – o ensino, a pesquisa e a extensão – necessita de investimentos externos à universidade pública, para ser executado a bom termo, privatizando, assim, gradativamente, sem grades impactos perante a sociedade, a forma de execução deste trabalho, os seus fins e, conseqüentemente, o espaço público da universidade federal.

Com base nos documentos legais analisados e na literatura investigada, aponto alguns elementos que constituem as precárias condições de realização do trabalho acadêmico, nas Universidades:

- a) os baixos salários dos professores e dos servidores técnico-administrativos;
- b) o incremento das aposentadorias dos docentes, principalmente mestres e doutores;
- c) a contratação de professores substitutos em detrimento da contratação de efetivos;
- d) o processo de autonomia universitária;
- e) as fundações de pesquisas e agências de cooperação, com a absorção acrítica dos espaços públicos da Universidade, com claros princípios privatizantes;
- f) o processo de avaliação de desempenho docente e do servidor técnico-administrativo, com incremento na produtividade acadêmica e técnica;
- g) o incentivo à criação das instituições de ensino superior privado, em detrimento da racionalidade financeira que incidem sobre a manutenção das universidades públicas federais;
- h) o ensino a distância, com interesses privados;
- i) os contratos de gestão com a sociedade civil ou privada, com fins lucrativos;
- j) a adoção do serviço de terceirização, fechando os concursos públicos como medida de racionalização financeira;
- k) o processo do sistema de avaliação do ensino superior, que mede o grau de produtividade da Universidade, ou seja, o que produziu, em quanto tempo e como;

- l) a racionalidade financeira, que engessa as ações da Universidade, impedindo-a de planejar e condenando-a a espasmos administrativos do Governo Federal, diante da liberação de verbas;
- m) a redução de verbas para a manutenção da pesquisa e seu incentivo, em favor do incentivo ao ensino técnico;
- n) a centralização do pagamento do corpo funcional da Universidade em Brasília, com determinadas rubricas específicas de controle;
- o) o Regime Jurídico Único (Lei n° 8112/90), que delinea a vida funcional dos servidores docentes, situando o professor como um servidor do Estado, carregando os ranços do modelo francês e norte-americano de universidade; e
- p) a estrutura acadêmica e administrativa da Universidade, que a departamentaliza, fragmentando seu espírito coletivo de instituição social e a integralidade da formação acadêmica.

A forma sub-réptica de estímulo à privatização traveste-se na universidade a partir da exigência de que esta seja produtiva, tendo o conhecimento como o principal motor do desenvolvimento e a ciência como prisioneira do solo material estruturado pelo capital. Essa exigência, aos olhos do capital, é pertinente porque é questionável a eficiência da universidade pública, pois esta é considerada improdutiva, pouco rentável e dispendiosa na produção do capital humano.

A mercantilização do trabalho acadêmico é uma das formas de a universidade pública federal, em seu atual estado, legitimar-se na sociedade neoliberal, pois, com os resultados privatizáveis do trabalho acadêmico, a universidade pública se mostra eficiente aos olhos da sociedade neoliberal. Em contrapartida, com esse trabalho são arrecadados, pelos professores, recursos financeiros para a Universidade, negligenciados pelo Estado, para a melhoria das condições de realização do trabalho acadêmico. Esses recursos revertem, também, em complementação salarial aos professores.

A partir desse contexto, analiso dois aspectos das condições existentes de realização do trabalho acadêmico, que potencializam, essencialmente, o professor, o trabalho, enfim, a Universidade a serem produtivos e competitivos. Optei por esses aspectos por considerá-los relevantes diante das condições de realização do trabalho do professor, buscando compreender as relações estabelecidas entre o professor e o fazer do seu trabalho acadêmico, perante as condições de trabalho por ele herdada.

Analiso, então, os seguintes aspectos: a carreira profissional do professor que é constituída por elementos que o potencializam a ser produtivo; e a constituição dos seus vencimentos, que é, também, em certo sentido, reflexo dessa exigência de produtividade e de competitividade que alicerça o fazer acadêmico do professor.

A carreira do professor está estruturada conforme regulamenta o PUCRCE (1987), art. 5° e 12°, compreendendo as seguintes classes:

- a) Classe de Professor Titular: detentores de título de doutor ou pessoas de notório saber;
- b) Classe de Professor Adjunto: detentores de título de doutor ou pessoas de notório saber;
- c) Classe de Professor Assistente: detentores do título de mestre; e
- d) Classe de Professor Auxiliar: detentores de diploma de graduação em curso de nível superior.

A carreira funcional do professor é estratificada academicamente, ou seja, o professor adjunto pertence a um nível acadêmico, recebe um salário condizente ao seu nível e também ao regime de trabalho pelo qual optou. Há propriedades distintas no interior de cada classe. Essas propriedades que caracterizam a classe que o professor pertence, sofrem transformações quando este docente passa de uma classe a outra. Por exemplo, o professor para chegar a ser titular, necessita ter o grau de doutor ou livre docência e ser aprovado no concurso como prescreve o PUCRCE (1987). Com isto ao pertencer a uma nova classe, com outras propriedades, as condições de realização do trabalho acadêmico se modificam em certo sentido, pois terá um novo salário, novas atribuições, novas possibilidades de obtenção a progressão funcional, estabelecendo novas relações com o seu trabalho, entre outros aspectos.

Considero interessante elucidar esse movimento de constituição da carreira do professor, para poder explicitar que esse professor que se constituiu no *corpus* da pesquisa está em constante busca de melhores condições de realização do trabalho acadêmico, e essas buscas dependem essencialmente do desenvolvimento, do próprio professor, como uma força produtiva, dos meios de produção, das relações que o professor estabelece com o trabalho e das condições existentes de trabalho. Por outro lado, essas buscas são repostas às suas necessidades fundamentais de sobrevivência e de melhores condições de nível de vida e de trabalho, sendo que a primeira busca do trabalhador é pela sobrevivência.

Estas buscas por melhores condições de trabalho, se refletem em certo sentido, por melhores condições de vida. Porém, este professor como trabalhador, se vê auxiliado em seu desenvolvimento pelas condições existentes de trabalho e, ao mesmo tempo, prisioneiro destas. Contudo, a relação do trabalhador com o seu trabalho não se limita apenas à busca da sobrevivência; essa é a condição essencial; a condição primeira, a necessária para viver.

Mas, também essas buscas se ampliam, satisfeitas as suas necessidades de sobrevivência, no exercício do trabalho como uma possibilidade de realização pessoal. Esta produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico (Marx, 1984), sendo que esta realização é constituída pela luta contra a alienação, contra a perda de si mesmo e contra a sua transformação em objeto.

Defendo a idéia que o professor como trabalhador é um ser em potencial, para quem o seu trabalho é condicionado pelas condições reais existentes, mas este também tem possibilidade de manter e/ou transformar essas condições.

Porém, diante das políticas públicas que incidem sobre a universidade federal, que a submetem à lógica do mercado, esse professor é um trabalhador competitivo em busca de recursos para as condições de realização do trabalho acadêmico. É estimulado a ter a máxima qualificação, a ser competente e competitivo, a manter-se articulado às redes acadêmicas nacionais e internacionais, dominando conhecimentos contemporâneos diante do manejo de resoluções de problemas. Essas exigências, nas palavras de Morosini (2000), criam condições para que o professor seja um profissional competitivo e a universidade uma organização social³, também assim entendida por Chauí (2000).

Exigido a ser um profissional competitivo, nos moldes neoliberais o professor tende a ser um profissional fazedor de coisas, produzindo a partir de parâmetros quantitativos. Penso, que a competitividade, e a produtividade são propriedades que caracterizam a sociedade capitalista. Porém, o que ressalto, é que essa competitividade está se tornando um fim maior na ação do professor, como um profissional de uma organização qualquer, em detrimento das exigências das condições de realização do seu trabalho, relegando o fazer acadêmico a uma atividade de produção racionalmente balizada.

A competitividade e a produtividade nutrem, de certa forma, a relação que o professor estabelece com o seu trabalho acadêmico, de modo que os resultados por ele alcançados revertem financeiramente, em forma de gratificações e progressões.

A partir deste contexto, os quesitos que compõem o salário do professor são reflexos desse cenário competitivo e de produtividade que ideologicamente constitui a Universidade. São eles: titulação, carga horária, adicional por tempo de serviço (para situações constituídas até março/99)⁴ e gratificações (Gratificação de Atividade Executiva – GAE – e Gratificação de Estímulo à Docência – GED). Outro quesito que também agrega valor à remuneração do professor decorre das progressões que resultam da avaliação de desempenho e do tempo de serviço.

Neste contexto, ao mesmo tempo que é exigido do professor apresentar maior produtividade a fim de que possa agregar valor ao seu salário, são-lhe negados recursos e condições dignas de trabalho, para que possa desenvolver esta produtividade exigida, em decorrência da racionalidade financeira que permeia o contexto da universidade pública federal.

Essas gratificações encobrem o crescente processo de proletarização do professor. O termo proletarização do professor é discutido por Contreras (2002) diante das condições de realização do trabalho acadêmico.

A proletarização técnica se produz, em certo sentido, pela perda de controle sobre as formas de realização do trabalho. Por exemplo: os professores, ao manterem contratos de cooperação com as empresas, muitas vezes, sentem-se

3 Organização: "entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho e cuja articulação com as demais se dá por meio da competição." (CHAUÍ, 2000, p. 218).

4 MP nº 1.909 – 15/99.

compelidos a privatizar os resultados do trabalho acadêmico e, assim, perdem o controle sobre a forma de realização desse trabalho, limitando-se a atender as exigências do órgão financiador.

A proletarização ideológica afeta sensivelmente, segundo o autor, os professores, pois, ao contrário dos demais trabalhadores industriais, por exemplo, os professores "[...] perderam seus valores ou o sentido de suas pretensões, mas não suas habilidades técnicas, que foram conservadas, podendo assim legitimar uma diferença de prestígio e reconhecimento." (Contreras, 2002, p. 42).

Esse processo de proletarização ideológica geralmente não leva à resistência (dessensibilização ideológica), mas a respostas acomodatórias (cooptação ideológica). Há uma perda do sentido ideológico e moral do trabalho. Os professores não só são vítimas deste processo, mas, em certa medida, são seus sustentadores.

Este processo de proletarização passa também pelas condições de vida do professor, diante da perda salarial que teve nos últimos dez anos, essencialmente. O professor não perdeu somente em restrições financeiras para realizar o seu trabalho acadêmico, mas também para manter as suas necessidades pessoais. A compra de livros, o lazer, a participação em atividades culturais e sociais é restringida em detrimento das necessidades mais básicas como moradia, saúde e alimentação, e, no limite, compra de material de trabalho.

Todavia, não se pode generalizar, pois há professores que possuem outras fontes para agregar valor ao salário, de forma a amenizar este processo crescente de proletarização acadêmica. Por outro lado, em um País em que a fome é um problema social, o professor universitário ainda é uma categoria profissional que tem condições privilegiadas. Mas, comparado com outro extremo social e/ou com a própria categoria profissional, em tempos distintos, a proletarização acadêmica do professor universitário é notória.

Contudo, teoricamente é difícil identificar um local de trabalho na qual o trabalhador tenha tanta autonomia pedagógica e liberdade acadêmica como na universidade pública, tanto no que se refere ao que e como produz, como à organização do seu tempo.

Digo teoricamente, pois, diante das condições existentes de realização do trabalho acadêmico, essa autonomia pedagógico-acadêmica está sendo ameaçada diante do processo de proletarização que vêm vivenciando os professores das universidades públicas federais nestes últimos dez anos, com o processo de mercantilização do trabalho acadêmico.

Para evidenciar esse aspecto do processo de proletarização acadêmica do professor, a partir de um estudo realizado em 2003, com o apoio do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) da UFRGS, foi possível mostrar a perda salarial dos professores nestes últimos quinze anos⁵ (Búrigo, 2003). Para ilustrar, parto dos salários dos professores adjuntos IV, com dedicação exclusiva.

O Gráfico 1, deixa explícita uma substancial perda do poder aquisitivo dos professores nos últimos quinze anos, confirmada a partir do cálculo feito com o auxílio do IEPE, a partir do salário-base dos professores de janeiro de 1990.

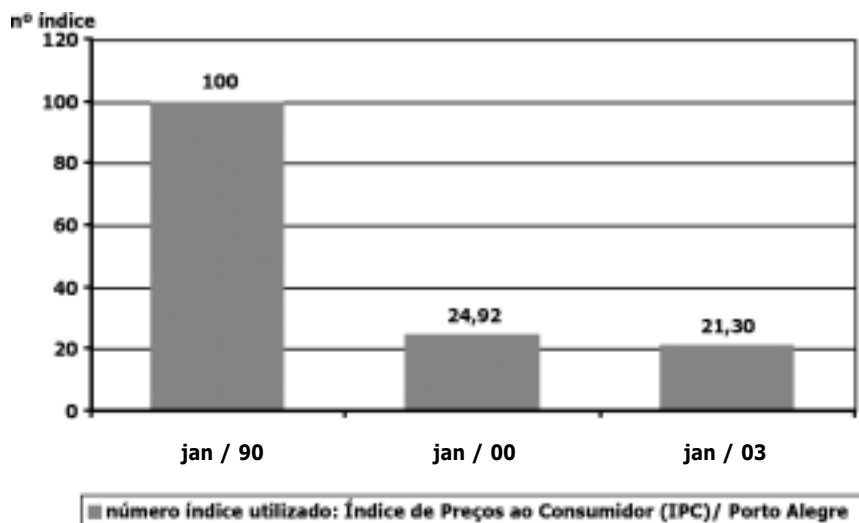


Gráfico 1 – Perda do poder aquisitivo salarial dos professores das universidades públicas federais brasileiras. Fonte: IEPE/UFRGS

Tendo como fator de referência o salário do professor em janeiro de 1990 e a correção com base nas variações dos índices de preços do IPC/IEPE/Porto Alegre/UFRGS, o salário-base do professor, em janeiro de 2000, corresponde a 24,92% do valor que deveria ser, para manter o mesmo poder de compra que tinha em janeiro de 1990. O mesmo ocorre em janeiro de 2003, ou seja, o professor só poderia adquirir nesta data, com seu salário-base, 21,30% dos bens que estavam ao seu alcance em janeiro de 1990.

Buscando melhor entendimento sobre esta perda salarial dos professores poderemos elucidar que: em janeiro de 1990, com o salário-base de NCz\$ 34.013,84, o professor, poderia comprar 1.416,06 conjuntos de feijão com arroz em Porto Alegre (um quilo de cada). Em janeiro de 2000, com R\$1.004,17 compraria 507,16 conjuntos de feijão com arroz. E em janeiro de 2003, eram necessários R\$1.179,58 para a aquisição de 303,23 conjuntos de feijão com arroz (21,41% em comparação com janeiro de 1990).

Considero a perda do poder aquisitivo do professor, um fator determinante do que chamo de proletarização acadêmica. Todavia, o professor ainda recebe a GAE e a GED, que não foram calculadas propositalmente, pois são gratificações e não incorporações salariais. São dispositivos do Governo Federal, que a qualquer momento podem ser removidos ou ter seus critérios alterados.

5 Para a análise dos cálculos da perda do poder aquisitivo salarial dos professores, tomei por base o ano de 1990, tendo como ponto de partida um salário sem GAE e sem GED agregada. A GAE começou a incidir sobre o salário-base dos professores a partir do ano de 1992, com a Lei Delegada nº 13/92, e a GED em 1998, através da Lei nº 9.678/98.

É uma manobra corporativa do Governo Federal, de potencialização da produtividade acadêmica, que camufla o processo de proletarização do professor. Isto é, ao mesmo tempo que a universidade pública é compelida a ser produtiva nesta sociedade neoliberal, o Estado nega a esta universidade condições condizentes para ser produtiva, enfraquecendo ideologicamente a universidade pública federal no contexto social.

A universidade pública federal brasileira, como instituição social de ensino, pesquisa e extensão

Parto da concepção, quiçá utópica, da universidade pública federal brasileira, como uma instituição social, apesar de corroborar com o posicionamento de Chauí (2000) que enfatiza que, com o advento neoliberal, como um sistema político, a universidade vem sendo compelida a ser uma organização com comportamentos adaptativos aos ditames do mercado.

A universidade, segundo Chauí (2000), desde a sua origem, sempre foi uma instituição social, voltada para a ação social, para a prática social, para o reconhecimento público de sua legitimidade, inseparável da idéia de democracia e socialização do saber, como fruto da conquista da educação e da cultura, como direitos, nos últimos séculos.

Todavia, sob os efeitos da nova forma do capital, o neoliberalismo, ocorreram significativas mudanças na concepção de sociedade, passando de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado. Como determinante no modo de vida das pessoas, essa nova forma do capital exigiu da universidade comportamentos distintos. Diante da racionalidade financeira que consubstancia a sociedade de mercado, começam a ser exigidos da Universidade comportamentos adaptativos mercadológicos como uma organização social qualquer, conseqüentemente, é exigido que ela seja competitiva e produtiva.

Na concepção neoliberal, os comportamentos mercadológicos adaptativos (baixo custo e alta rentabilidade) agregam valor à Universidade, legitimando o seu papel e a sua identidade na sociedade, já tão depreciada pelo ensino superior da esfera privada, que se expande linearmente, diante das demandas da economia.

Ao mesmo tempo que a sociedade neoliberal exige mais agilidade da Universidade, reduz o financiamento público de suas atividades. Com isto, há uma transformação significativa no modo e na forma de desenvolvimento do trabalho acadêmico, e também no processo de organização do espaço público da universidade federal.

Concebo a Universidade como instituição social, primeiramente por esta ser uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada, e também por acreditar, mesmo com ameaças de rupturas, na potencialidade da ação de publicização do trabalho acadêmico. Todavia, não posso negar, como ressalta Wood (2003), que o mercado, sob o aparato neoliberal, não é uma

oportunidade, mas um imperativo que age sobre o modo de vida das pessoas e, assim, determina as suas condições de vida e de trabalho. Mas o que fazer?

A Universidade, no desenvolvimento da sociedade, tornou-se um espaço privilegiado para a discussão da opressão política, social e econômica; um espaço para o diálogo, como organização do espaço público. Sua função crítica, ainda que com ameaças de supressão no âmbito público federal, é o fio condutor da sua aventura intelectual, fruto da tradição com variação de tempo e lugar. De acordo com Santos (1999, p. 225), a universidade é uma das poucas instituições que pode pensar até as raízes das razões porque pode agir ou não em conformidade com o seu pensamento. "É este excesso de lucidez que coloca a universidade numa posição privilegiada para criar e fazer proliferar comunidades interpretativas."

Essa potencialidade da Universidade em fazer proliferar comunidades interpretativas, através do acesso à criação e à socialização do conhecimento, tem possibilidades de levar as pessoas a mudarem sua condição na prática, pois o conhecer tem perspectivas de se transformar em um tipo de força social e/ou política. E a Universidade é um dos caminhos, não o único, para se ter acesso ao conhecimento e, assim, aprofundá-lo de forma a saciar o interesse intelectual.

Mesmo com o risco de desintegração como uma corporação, a universidade se desenvolveu e sobreviveu numa relação constitutiva de utilidade à sociedade. Porém, em todo o processo de desenvolvimento histórico da universidade, "utilidade" foi sempre a palavra de ordem. Nos primórdios, a universidade deveria ser útil, como uma rica fonte de significados para a vida de todo ser humano. Com o neoliberalismo, o sentido de utilidade se transformou, limitando a universidade a um mero elemento concreto, devendo ser produtiva para a sociedade.

Este sentido de utilidade passa pela concepção ideológica da sociedade. Adverte Wood (2003) que as teorias ocultam que a sociedade civil é uma forma social específica do capitalismo, ao passo que a universidade, ao ser útil à sociedade, está legitimando ideologicamente essa sociedade, ou seja, as forças dominantes que a constituem.

Essa sociedade de que falo é constituída pelo modo de produção, que determina o modo de vida das pessoas. Com o neoliberalismo, a sociedade capitalista expressa o domínio do privado sobre o público. Com isso, a sociedade constituiu uma nova forma de poder social, na qual muitas das funções coercitivas do Estado foram deslocadas para a esfera privada, da exploração de classe e dos imperativos do mercado (Wood, 2003).

De acordo com a teoria marxista, o Estado expressa as particularidades da sociedade civil e suas relações de classe. Com o neoliberalismo, os mecanismos de legitimação ideológica da sociedade não são somente o Estado. Além dele, outras esferas, como o setor de comunicação, a universidade, o mercado, entre outros, legitimam esta sociedade.

A universidade também se legitima no contexto da própria sociedade, pois, como uma instituição dinâmica, sobrevive até nossos dias com ares de perenidade, apesar das crises passageiras ou prolongadas que a levaram até a sua supressão

por um período de doze anos, como foi o caso da França. Por outro lado, diante de todo o processo do seu desenvolvimento histórico, esta incessante busca de perenidade da universidade, por si só, mostra o seu valor como uma instituição social. É um marco enraizado na sociedade, acompanhando o seu tempo, interagindo e sofrendo as influências dos fenômenos sociais, políticos e econômicos que a constituem.

Com o seu caráter elitista, a universidade é excludente em seus critérios de acesso, estratificando, de certo modo, socialmente, os que por ela passaram ou não. Digo "de certo modo", pois, na sociedade neoliberal, os títulos universitários já não traduzem possibilidades de emprego, de ascensão social. Há um distanciamento socialmente delimitado pelo mercado de trabalho, entre a expectativa de trabalho e a realidade do mercado. Pois o desemprego é um fator constitutivo do mundo do trabalho, nesta sociedade, sendo que alguns universitários, afortunadamente, conseguem emprego na área de sua formação, outros ocupam postos de trabalho que não têm relação com a sua área de formação, ou simplesmente ocupam postos de trabalho de ínfima consideração laboral e social, apesar de disporem de título universitário, ou vivenciam a dor social do desemprego.

Pesquisas apontam uma concepção fatalista de aceitação do modo de produção capitalista, do neoliberalismo, da exclusão social como um dado natural de desenvolvimento dos fatos, na sociedade, na Universidade. Chauí (2001) centra sua crítica no neoliberalismo que, tanto na sociedade, como na universidade é dado como um fato natural. Ou seja, para a autora, parece que o neoliberalismo está dado como ponto final da história, como uma fatalidade, como se não houvesse outro caminho, naturalizando também as relações sociais e de trabalho, provenientes desta forma política do modo de produção capitalista.

Não há o que contestar relativamente à crítica de que há uma concepção fatalista de aceitabilidade do neoliberalismo, apontada por Chauí (2001) como um processo natural de desenvolvimento dos fatos, negligenciando, assim, o entendimento de que o neoliberalismo é um processo histórico que camufla ideologicamente seu propósito mercadológico de sociedade, guiada pelo lucro e pelo poder do capital.

A partir desta reflexão, de um futuro inexorável e sem possibilidades de transformação com o neoliberalismo, negligenciamos a compreensão que a história pode ser transformada pela ação dos seres humanos, pois foi criada e recriada por eles. Negligenciamos que o neoliberalismo é uma ideologia de uma história particular assumida pela acumulação do capital. Negligenciamos que a universidade é uma determinação de uma dada sociedade e pode ser entendida e constituída como uma instituição social, se para este ideal de universidade, os homens e a sociedade se organizarem e lutarem.

A Universidade democraticamente massificada

A partir do contexto ora analisado, concebo que gradativamente e fatalisticamente, a Universidade vem sendo democraticamente massificada. Isto vem se constituindo, com o determinismo das políticas públicas neoliberais, que

comprometendo a subsistência da identidade das Universidades como instituições sociais, vêm incrementando o processo de mercantilização do trabalho acadêmico.

Por outro lado, com a privatização das atividades do trabalho acadêmico, há uma tendência à dissolubilidade da relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, pois há uma perda da relação de interação entre essas atividades. A pesquisa, distante do ensino e da extensão, torna-se individualizada. Por outro lado, a extensão perde sua finalidade, se não estiver associada ao ensino e à pesquisa. E o ensino perde a sua essência de construção e reconstrução do conhecimento, se não estiver associado à pesquisa como campo de investigação e à extensão como campo de socialização do saber e revitalização desse ensino e dessa pesquisa.

A mercantilização do trabalho acadêmico é uma das formas de a universidade pública federal, em seu atual estado, legitimar-se na sociedade neoliberal, pois, com os resultados privatizáveis do trabalho acadêmico, a universidade pública se mostra eficiente aos olhos da sociedade neoliberal. Em contrapartida, com esse trabalho, os recursos arrecadados, negligenciados pelo Estado, revertem para a melhoria das condições de realização do trabalho acadêmico e para complementação salarial aos professores.

Isto posto, em certa medida, a Universidade é legitimadora das ações ideológicas da sociedade e do Estado, pois é uma expressão social. Porém, isto não quer dizer que seja apática a este contexto. Ela contraditoriamente manifesta-se ser legitimadora e opositora, numa relação de identidade como instituição social, principalmente a partir das relações de produção que o professor estabelece com o seu trabalho acadêmico e do processo de autonomia pedagógico-acadêmica do qual é constituída.

De acordo com Molina García (2001), neste contexto da Universidade democraticamente massificada, a prática da democracia também se converte em um mecanismo perverso de controle implícito da alienação, da desilusão e da desmotivação, fato este que permite aos professores acreditarem em um futuro inexorável e sem perspectivas para a Universidade.

Essa massificação se realiza a partir de uma pseudovisão de naturalização dos fatos, como uma ordem social estabelecida. Esses mecanismos se manifestam sob forma de leis e ações implementadas pelo Estado e pela própria Instituição.

Creio que a democracia e/ou os espaços democráticos necessitam ser repensados, quiçá na perspectiva de Wood (2003, p. 60), como uma categoria econômica, que é constituída por relações e práticas sociais. Ressalta a autora que “[...] a base – o processo e as relações de produção – não é apenas econômica, mas também resulta, e nela é corporificada, em formas e relações jurídicas, políticas e ideológicas que não podem ser relegadas a uma superestrutura espacialmente separada.”

Pensar a democracia também como uma categoria econômica é uma possibilidade de desvelar a tendência oculta da relação de exploração e de dominação existente na sociedade, e quiçá na Universidade, sob a égide da própria democracia. Destaca Wood (2003) que esta separação entre o político e o econômico

talvez seja o mecanismo mais eficiente de defesa do capital, de ocultar a exclusão social.

A sociedade é constituída por esferas econômicas, políticas e ideológicas. Limitar-se a pensar a sociedade e seus espaços numa determinada instância é limitar a concepção de constituição dos seus espaços, é limitar a possibilidade de transformação social.

Não podemos conceber os espaços, esferas políticas, econômicas e ideológicas da sociedade, como caixas fechadas. Eles se interrelacionam, quando reconhecemos que a história é um processo de construção de nossa própria sobrevivência.

Com isto, creio que o neoliberalismo ou as ações neoliberais que agem sobre a universidade pública federal, enfraquecendo seus espaços públicos, massificando-a democraticamente, não podem se limitar a ser situadas como um futuro inexorável, mas como uma realidade determinada historicamente, criada pelos homens diante de determinadas necessidades e por eles pode ser transformada, na possibilidade do atendimento de novas necessidades.

Referências

- APUSFC. A reforma vem em pedaços. Cadernos. UFSC: Associação dos Professores da UFSC. n.02. fev. 2005.
- BRASIL. Decreto Lei n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário. Disponível em: <www.mec.gov.br/Sese/credenc.shtml>. Acesso em: 02 jul. 2001.
- Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa Normas de Organização e Funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a Escola Média e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2001.
- Decreto n. 94.664, de 23 de julho de 1987. Aprova o Plano Único de Classificação de Cargos e Empregos (PUCRCE) de que trata a Lei n. 7.596 de 10 de abril de 1987. Ministério da Educação e Cultura: Brasília, 1987.
- Lei n. 8.112, de 1 de dezembro de 1990. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas e Federais. Florianópolis: Departamento de Recursos Humanos, 1997.
- Lei Delegada n. 13, de 27 de agosto de 1992. Institui gratificações de atividades para servidores civis do poder executivo, revê vantagens e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br>>. Acesso em: 16 set. 2003.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.
- Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória n. 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46, e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2001.

- Lei n. 9.678, de 03 de julho de 1998. Institui a gratificação de estímulo à docência no magistério superior e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufsc.br/preg/legislacao.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2003.
- BRASIL. Medida provisória n. 1.909-15, de 09 de junho de 1999. Estabelece adicional por tempo de serviço, revogado, respeitando-se as situações constituídas até 08/3/99. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 30 jun. 1999. Disponível em: <<http://www.prhae.ufpr.br/manual/mindice.htm>>. Acesso em: 17 set. 2003.
- Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 03 set. 2005.
- Anteprojeto de Lei da Educação Superior, de 27 de julho de 2005. Estabelece normas gerais para a educação superior, regula o Sistema Federal da Educação Superior e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 03 set. 2005_a.
- BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. Qualidade de vida no trabalho: dilemas e perspectivas. Florianópolis: Insular, 1997.
- Cuestiones Académicas actuales de la Universidad Pública Federal Brasileña. Revista de Estudios y Experiencias en Educación, Universidad Católica de La Santísima Concepción, Chile, n. 2, p. 62-76, ago. 2002.
- O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003. 347f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Sinopse 2003. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2005.
- CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. História das universidades. São Paulo: UNESP, 1996.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; POALI, Maria Célia (Org.). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 27-51.
- A universidade em ruínas. In: TRINDADE Hélgio (Org.). Universidades em ruínas: na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 211- 222.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. As humanidades contra o humanismo. In: SANTOS, Gislene Aparecida dos (Org.). Universidade formação e cidadania. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-32.
- CONTRERAS, José. A autonomia dos professores. São Paulo: Cortez, 2002.
- CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- DIAS SOBRINHO, José. Concepções de universidade e avaliação institucional. In: TRINDADE Hélgio (Org.). Universidades em ruínas: na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 149-169.
- INEP. Educação Superior. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior>>. Acesso em: 6 ago. 2005.
- MENDONÇA, Ana Walesca. A universidade no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 131-50, maio/ago. 2000.

- MENEZES, Luís Carlos. Universidade sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- MOLINA GARCÍA, Santiago. La universidad democráticamente masificada. Zaragoza: Mira, 2001.
- MOROSINI, Marília Costa. Docência universitária e os desafios da realidade nacional. In: ____ (Org.). Professor do ensino superior: identidade, docência e formação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. p. 11-20.
- ROSSATO, Ricardo. Universidade nove séculos de história. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.
- WARDE, Ibrahim. A vampirização mercantil. Caros Amigos, São Paulo, n. 49, p. 20-21, abr. 2001.
- WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.